

# Educação e relações étnico-raciais: diálogos, silêncios e ações

*Elizete Oseias Silva*

Universidade Federal de Goiás

Goiânia - Goiás - Brasil

elizete.os@hotmail.com

---

**Resenha da Obra:** RIBEIRO, Cristiane Maria; PEREIRA, Mariana Cunha (Org.) *Educação e relações étnico-raciais: diálogos, silêncios e ações*. Goiânia: Editora UFG, 2015.244p.

---

A obra *Educação e relações étnico-raciais: diálogos, silêncios e ações* trata de uma coletânea de textos, resultado de estudos e pesquisas que discorrem sobre diversos aspectos relacionados às questões étnico-raciais no contexto educacional escolar.

No entanto, ao se discutir fundamentos de uma Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER) é impossível se ater ao contexto educacional escolar, tendo em vista que essas relações perpassam toda história da sociedade brasileira. Desse modo, nota-se que em alguns textos escolhidos pelas organizadoras essas discussões estão para além da educação, ao passo em que surgem situações, momentos e espaços que requerem atenção e reflexão.

Cristiane Maria Ribeiro uma das organizadoras da obra é licenciada em Pedagogia pela Universidade Federal de Goiás, é mestre em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia e doutora pela Universidade Federal de São Carlos. Atua como professora nos cursos de licenciatura do Instituto Federal Goiano e desde o início dos anos de 1990 vem desenvolvendo pesquisas orientadas para o combate ao preconceito racial, com ênfase na educação para as relações étnico-raciais e história da escolarização da população negra. Mariana Cunha Pereira, outra organizadora, é graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Ceará e mestre em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade de Brasília. Doutorou-se em Antropologia Social pela mesma Universidade, no Centro de Estudos da América Latina e Caribe. É professora na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás. Realiza pesquisas na área de Antropologia, Educação e Movimentos Sociais com recortes para as discussões de relações étnico-raciais, gênero, corporeidade, fronteiras nacionais e transacionais e políticas públicas. É militante dos movimentos sociais e atua na coordenação do Núcleo de Estudo Afrodescendentes e Indígenas (NEADI).

A obra é dividida em apresentação, primeira e segunda parte. Na apresentação, as organizadoras expõem sobre os objetivos pretendidos com a organização da obra, explicam como foi feita a escolha e organização dos textos, qual o elo entre eles e a forma como foram distribuídos.

A primeira parte, denominada: “Fundamentos teóricos sobre as relações étnico-raciais e o pertencimento” é composta por cinco textos que tratam dos aspectos teóricos que fundamentam as interpretações e análises por parte dos autores dos textos escolhidos acerca de assuntos relacionados à invisibilidade, identidade, reconhecimento, autoafirmação e outros existentes nas relações raciais da sociedade brasileira.

Em três textos da primeira parte: “A ausência da categoria raça/cor nas análises da historiografia da educação brasileira”, de Cristiane Maria Ribeiro; “Possibilidades de tematização da capoeira na escola”, de Flávia Dayana Almeida Noronha, e “Educação e políticas de ação afirmativas no Brasil: um debate étnico-racial atualizado na discussão das Leis 10.639/03 e 11.645/08” de Mariana Cunha Pereira, as autoras analisam algumas situações que favorecem ou reforçam as discriminações raciais na educação. Ribeiro, por exemplo, entende que a falta na historiografia da educação brasileira de registros que revelam como se deu a incursão dos negros na educação colabora para a negação da importância que os negros tiveram na construção e desenvolvimento do país.

Em consonância a essa posição, Noronha pontua a utilização da capoeira na educação como instrumento e possibilidade de materialização de práticas que favoreçam a valorização, o respeito e o reconhecimento de elementos culturais trazidos pelos povos africanos para o Brasil. Evidencia o processo histórico que atravessou essa prática, visto que a capoeira que era antes criminalizada se torna posteriormente patrimônio imaterial do Brasil.

E por fim, Pereira explica que o conceito de etnia pode ser definido em função do fenótipo ou de manifestações socioculturais de determinados grupos. E também o motivo da substituição do termo raça pelo termo étnico-racial para referir-se a negros, indígenas, mulçumanos, ciganos etc. Fala da importância de ações afirmativas decorrentes da criação da lei nº 10.639/03 que institui o Ensino de História da África e da cultura Afrodescendente no Brasil e da lei nº 11.645/08 que institui o Ensino sobre a História e Cultura dos Povos Indígenas na educação para as relações étnico-raciais. Além de reforçar a necessidade de assumir verdadeiramente essas leis na formação do professor.

Os outros dois textos, da primeira parte, são mais voltados para questões políticas de afirmação, reconhecimento e garantia de direitos. Em “Significações comunicadas pelos

Pretos da Barra: identidades e reciprocidade no modo de ser o que se é”, de Luciene de Oliveira Dias, a autora negando o conceito de raça, faz uma análise a partir dos enunciados de uma comunidade quilombola chamada de “Pretos da Barra”, que revela a importância e o impacto que teve a criação de uma lei que oferece garantias e reconhecimento a essas comunidades. A partir da criação da lei disposta no artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias os integrantes dessas comunidades passaram a se auto reconhecer, assumiram sua identidade e espaço, e dessa forma se afirmam enquanto sujeitos políticos significativos na interação social.

No texto “Direitos humanos, modernidade e relações étnico-raciais no Brasil”, de Luciana de Oliveira Dias e Christiane de Holanda Camilo, as autoras partem da necessidade de uma fundamentação e efetivação cotidiana dos direitos humanos nas garantias fundamentais de equidade nas interações étnico-raciais no Brasil. Evidenciam concepções de modernidade na análise das relações étnico-raciais, com base no reconhecimento de uma multiculturalização.

Logo após, na segunda parte do livro intitulada: “Experiências de implementação da educação para as relações étnico-raciais” foram escolhidos seis textos que relatam experiências e práticas pedagógicas utilizadas por profissionais na implementação da educação para as relações étnico-raciais.

Nos relatos do texto, de Luciane Ribeiro Dias Gonçalves, “Educação para as relações étnico-raciais: elementos para uma prática exitosa”, a autora faz uma análise das práticas docentes de quatro professores e por considerá-las “notáveis” enxerga nelas a possibilidade de efetivação da lei nº 10.639/2003. Enfatiza que é preciso que os profissionais da educação quebrem o mito da dificuldade para se trabalhar a temática e problematizem o racismo existente na sociedade brasileira.

Em “Somos diferentes, mas não desiguais!”: reflexões sobre relações étnico-raciais no espaço da educação infantil”, Hilda Maria Alvarenga e Romilda Cândido Araújo Mendes descrevem um projeto institucional desenvolvido pelo Centro Municipal de educação Infantil 13 de Maio em Goiânia no ano de 2004 articulado com as Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil (DCNEI). A execução do projeto ressaltou ações formativas dos professores com o tema, e possibilitou aos envolvidos reflexões sobre diversidade e as diferenças, a fim de promover práticas não discriminatórias, assegurar o reconhecimento e a valorização das etnias.

Já no texto de Rosenilda Trindade da Costa, “Jovens negras e a escolarização na EJA”, a autora expõe uma pesquisa com jovens negras de uma escola da rede municipal de

ensino na modalidade Educação de Adolescentes Jovens e Adultos (EAJA) que remete a reflexões sobre os vínculos entre escola, relações sociais de gênero e raça no processo escolar. A autora relata a percepção que essas jovens têm da escola e da família em suas vidas. Ou seja, o sentido que elas atribuem a essas instituições.

Ainda, seguindo a linha dos relatos de pesquisas e experiências, Cecília Maria Vieira em “A educação e as relações étnico-raciais: uma análise dos novos diálogos e silêncios sobre a implementação da lei nº 10.639/2003 no município de Goiânia” discorre sobre uma pesquisa dos cursos de História e Cultura da África e Afro-Brasileira da Rede Municipal de Educação (SME /2007). A autora constata a necessidade de equipes mais bem preparadas para executar os processos formativos dos professores com relação ao tema. Além do que, destaca o silenciamento por parte dos professores participantes desses cursos que não se dispuseram a falar. Somente uma professora e os professores cursistas quiseram dar depoimentos sobre o curso. Para Vieira é preciso que o movimento social negro de Goiás se una a outras instituições e construa espaços de debates para criar estratégias que acabem com as desigualdades nessas relações e quebrem o mito da democracia racial.

Sobre a implementação da lei nº 10.639/2003, citada anteriormente, o texto de Laudete de Sousa Nogueira e Amauri Tadeu Barbosa Nogueira “Um olhar para as relações étnico-raciais na escola: refletindo sobre a implementação da Lei 10.639 e seus desdobramentos no cotidiano escolar” analisa as atividades e cursos de formação para os docentes. Enfatiza a importância das políticas públicas e da educação como fundamental no combate ao racismo e as desigualdades.

Os autores falam das preocupações desses futuros professores quanto à ausência de conteúdos curriculares dessa temática nos cursos de graduação e também da falta de instrumentos metodológicos decorrentes de sua formação. Os autores entendem que para haver avanços mais consistentes na educação são necessárias ações coletivas, reivindicações que exijam que se tenha na estrutura educacional conteúdos da lei nº 10 639.

E por último, em “Pedagogias antirracistas: as experiências de professores negros de Pires do Rio, Goiás, diante de experiências de discriminação e racismo”, de Lúcia Helena de Assis Machado, a autora narra como os professores negros de Pires do Rio em Goiás reagem diante de experiências de racismo na escola. A pesquisadora nota que as reações dos professores participantes variam entre “combativa de luta ou submissão e passividade”. Para Machado as reações e estratégias percebidas se dão no âmbito individual, o desafio proposto é transformá-las para o âmbito coletivo. Emerge daí a necessidade urgente das academias incluírem em seus currículos a cultura negra.

Tratar de temas relacionados a questões étnico-raciais é relevante, trazer essas discussões para a educação escolar é necessário. O objetivo principal da obra, com ênfase sobre os negros, é ampliar o conhecimento dos profissionais da educação sobre uma realidade de relações desiguais que historicamente foram sendo impostas aos negros e indígenas. E nesse sentido, contribuir para ação/ reflexão desses profissionais como auxiliares na efetivação das leis criadas para garantia de direitos desses grupos, e também colaborar para a desmitificação de uma democracia racial, quebra de conceitos, pré-conceitos, valorização das diferenças e combate ao racismo.

Para tanto, a leitura é indicada aos estudantes e professores de todos os cursos de licenciatura. É também aos professores e estudantes dos cursos de outras áreas como da saúde, por exemplo. Tendo em vista que todas as profissões, em maior ou menor grau, envolvem relacionamentos humanos.

Enfim, apesar de ser um livro composto de textos com linguagem científica que em geral é destinada e alcança o público acadêmico, não deve ficar restrito a esse âmbito. É preciso, pois, fazer chegar a outras instâncias da sociedade.

---

#### **SOBRE A AUTORA**

**Elizete Oseias Silva** é graduanda em Pedagogia pela Universidade Federal de Goiás (UFG).

---

Recebido em 28/03/2018

Aceito em 17/07/2018